

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 60.786 - RJ (2019/0126895-2)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
RECORRENTE : ANGELA MARA VIEIRA MAIA COSTA
ADVOGADOS : ÁLVARO PIRES DA COSTA - RJ053801
ALEXANDRE CLAUDIO MAIA COSTA - RJ222577
RECORRIDO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTERES. : HYUNDAI CAO DO BRASIL LTDA
ADVOGADOS : ALAN FERREIRA GOMES - RJ110520
TATIANA ALVARES ARANGUIZ - RJ145871

DECISÃO

Trata-se de recurso em mandado de segurança, interposto com fulcro no art. 105, inciso II, "b" da Constituição Federal e art. 1.027, II, "a" do Código de Processo Civil, apresentado por ANGELA MARA VIEIRA MAIA COSTA, contra acórdão proferido pelo TURMA RECURSAL ESPECIAL CÍVEL.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, ou, se publicada após 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise dos autos, verifica-se que o recurso não merece prosperar por ser manifestamente incabível.

Veja-se que "Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, quando a decisão for denegatória, os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios – arts. 105, II, "b", da CF e 539, II, "a", do CPC. Não se enquadram nesse dispositivo decisões proferidas por Turma Recursal dos Juizados Especiais" (AgRg nos EDcl no Ag 1070947/RJ, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/09/2009, DJe 28/09/2009.)

Dessa forma, *mutatis mutandis*, conforme dispõe a Súmula n.º 203 do STJ: "Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais".

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

